



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____. DE 2017
(Do Sr. **FELIPE BORNIER**)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a interrupção da emissão do Certificado Médico Aeronáutico emitido pelos Hospitais da Força Aérea Brasileira - FAB em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de Audiência Pública para discutir a interrupção da emissão do Exame/Certificado Médico Aeronáutico emitido pelos Hospitais da Força Aérea Brasileira - FAB em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Solicitamos sejam convidados/as para debaterem o tema ora proposto:

- I) Superintendência de Padrões Operacionais, da Agência Nacional de Aviação Civil, na pessoa do **Superintendente Wagner William de Souza Moraes**;
- II) Comando Geral de Pessoa, da Força Aérea Brasileira, na pessoa do **Tenente Brigadeiro do Ar, Antonio Carlos Moretti Bermudez**;
- III) Diretoria de Saúde da Aeronáutica, na pessoa do **Diretor Brigadeiro José Luiz Ribeiro Miguel**;
- IV) Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (ABRAPAC), na pessoa do **Presidente Aldo Bien**;
- V) Sindicato Nacional dos Aeroviários, na pessoa do **Presidente Luiz da Rocha Cardoso**.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O propósito do pedido da audiência pública vem justamente no sentido de discutir com a Força Aérea Brasileira – FAB, juntamente com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, o motivo do encerramento do convênio firmado entre as partes e na emissão dos exames de saúde dos aeronavegantes civis (Pilotos e comissários), exames médicos necessários à profissão.

Sabe-se que o serviço aéreo brasileiro está muito aquém da expectativa, tanto da população, quanto dos profissionais que atuam na área. Essa insatisfação se deve ao fato de que no Brasil a prestação deste serviço é demasiadamente burocrática e atrasada.

O avanço na mobilidade urbana do País depende, entre outras medidas, da desburocratização da oferta do serviço, o que afeta diretamente na satisfação do consumidor final e, por consequência, no desenvolvimento deste setor que gera emprego e renda e é uma importante alavanca para a nossa economia.

Uma das questões a serem analisadas e repensadas é justamente as taxas e tarifas cobradas dos profissionais, essenciais à manutenção das carreiras aeroviária e aeronavegantes.

O objetivo da audiência pública é justamente identificar as falhas e cobrar das instituições competentes soluções viáveis que vão contribuir para o desenvolvimento do serviço aéreo brasileiro.

Em especial, pretendemos, portanto, obter esclarecimentos por parte da ANAC, nos critérios adotados na escolha das clínicas particulares credenciadas.

Dada a importância de discutir amplamente o tema, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de julho de 2017.

Deputado **FELIPE BORNIER – PROS/RJ**